



Ata de Audiência Pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021 realizada no dia 24 de julho de 2020, na sede da Câmara de Vereadores da Vitória de Santo Antão, onde estiveram presentes: presidindo a mesa, a Secretária de Planejamento do Município, Sr.^a Vera Sarmento; compondo a mesa, o Secretário de Finanças, Sr. André Tenório, e a contadora contratada do município, Sra. Valéria Celestino. O vereador, Sr. Celso Alexandre Bezerra de Melo, vice-presidente da casa e presidente em exercício, abriu a sessão e passou a palavra a presidente da Mesa. Estiveram presentes os seguintes vereadores, Sr. Lourinaldo Martins de Araujo Júnior, Sr.^a. Sílvia Moura de Jesus (Sílvia do Geral), Sr. José Antônio da Rocha (Marcos da Prestação), Sr. Antônio Gabriel do Nascimento (Toninho), Sr. André Saulo dos Santos Alves (André de Bau), Sr. Edmilson de Zacarias (Novo da Banca), Sr. Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Sr. Marcone Pedro da Silva (Marcone da Charque), Sr. Edmilson José dos Santos, ainda se fez presente o Secretário de Defesa Social, Cel. Paulo Roberto Targino, e os demais representantes da imprensa da Prefeitura Municipal e da Câmara. A Sra. Vera iniciou a audiência pública saudando a todos e mencionando o Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu inciso I que fala do incentivo à participação popular e de realização de audiências públicas nos processos de elaboração dos instrumentos legais orçamentários e fala sobre a pandemia do COVID-19 que inviabilizou a participação da população, por questões de segurança pública, entretanto, considerou-se manter a discussão prévia com os representantes da Câmara de Vereadores, para preservar o princípio democrático, por serem os mesmos representantes do povo, descartando a possibilidade de se fazer por meio remoto, que seria uma vídeo conferência, mas a estrutura de informática não permitiu, agradece a participação dos presentes e solicita a compreensão e colaboração de todos.

Informa que o objetivo é explanar sobre as diretrizes para elaborar o orçamento para o exercício de 2021 e solicita que atentem ao tema, como já é habitual a realização da audiência, desde o exercício de 2017, a gestão atual vem promovendo as audiências públicas, passaremos diretamente aos resultados do exercício de 2019. A Sra. Vera Lúcia continuou apresentando o comparativo entre a receita orçada e a arrecada em 2019, previsto R\$ 360.000.000,00, arrecadado R\$ 310.596.289,68, e de despesa realizada foi R\$ 285.234.551,23, tendo um superávit de R\$ 25.361.738,45. Continuou falando sobre a receita realizada no primeiro quadrimestre de 2019 e de 2020, que foi de R\$ 105.257.832,86 e R\$ 104.141.740,83, respectivamente, tendo sido as despesas dos quadrimestres abaixo do arrecadado, atuando com superávit, também temos os percentuais da Saúde, Educação e Pessoal, onde operamos em 2019 com 11,01% e em 2020 9,98%, na Saúde; em 2019 com 26,37% e em 2020 com 20,25%, na Educação; e em 2019 com 50,91% e em 2020 com 49,73%, com Pessoal. A Secretária de Planejamento, Vera Sarmento, passou a palavra para Contadora do município para apresentar os resultados fiscais do primeiro quadrimestre de 2020. A contadora, Sra. Valéria, cumprimenta a todos, destaca que a lei objeto da audiência estabelece as diretrizes para as demais leis orçamentárias, e como o resultado do primeiro quadrimestre de 2020 teve interferência direta da pandemia do Covid-19, pois pegou o início da mesma, o projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021, que será discutido em setembro, poderá sofrer alguma alteração, conforme o resultado dos próximos meses, podendo ter um cálculo com números um pouco diferentes, que pode acontecer ou não, e passou a tratar dos resultados fiscais, onde o resultado nominal é a variação entre a dívida fiscal líquida ou a dívida fiscal variável, que foi de R\$ 14.427.570,60, e o resultado primário que é a diferença entre Receitas e Despesas Primárias (qualquer receita que o



governo obtenha e não amplie sua dívida ou não diminua seus ativos/ conjunto de gastos que possibilita a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas às despesas financeiras, que foi de R\$ 14.716.836,24. Ainda apresentou a arrecadação de receitas por fonte de recurso, referentes ao primeiro quadrimestre de 2020, que foi de R\$ 104.141.739,00, separando as receitas próprias e os recursos oriundos de transferências da União e do Estado, destacou que a receita mais representativa é a do repasse de ICMS, sendo maior que o FPM, outra receita considerável é a das transferências do SUS. Ainda destacou que os mesmo com a crise financeira o município tem uma boa arrecadação de receitas próprias. O vereador, Sr. André de Bau, pediu a palavra e disse que a audiência pública estava sendo presidida pela Secretária de Planejamento, mas a mesma seria um compromisso da Câmara de Vereadores, e solicita ao Presidente da Câmara que permita a participação popular, e que a mesma é da Câmara e não da Prefeitura. A Sra. Vera Lúcia esclarece que a presente audiência é de competência do Poder Executivo Municipal, e que foi solicitado a cessão do espaço físico do Poder Legislativo, por ser um local adequado, e que por medidas de segurança pública, em decorrência da pandemia inviabilizou a participação popular, que no entanto está sendo representada pelos Vereadores, destacando que só o número de participantes do Poder Executivo e do poder Legislativo presentes já extrapolou a recomendação dos órgão de saúde, e solicita a colaboração. O vereador, Sr. Manoel de Holanda questiona que estão na casa deles e que não devem seguir o rito dado pelo Poder Executivo. O vereador presidente da Casa, Sr. Celso Alexandre, esclareceu que a audiência é da Prefeitura e que a Casa cedeu o prédio e está participando como representante do povo, que o rito deve ser do Poder Executivo. Ocorreu uma celeuma entre alguns Vereadores de quem seria a condução, tendo se retirado do recinto três Vereadores, por ser conduzida pelo Poder Executivo, os vereadores que os ausentaram fora, Sr. André de Bau, Sr. Lourinaldo Júnior e o Sr. Antônio Gabriel. A Sra. Vera Lúcia, esclareceu mais uma vez que foi enviado um ofício para a Casa Legislativa solicitando à cessão do espaço e convidando os vereadores para participar da discussão, o qual foi respondido positivamente nos termos do convite, e solicitando a participação de todos os vereadores e não apenas dos componentes da Comissão de Orçamento e Finanças, a qual foi acatada e estamos aqui realizando, mas se for inviável, poderemos suspender a audiência e realizar em outro momento. O presidente da Câmara, Sr. Celso Alexandre deixou ao critério do Poder Executivo a continuidade ou não da audiência. O vereador, Sr. Marcos da Prestação, sugere que o presidente da Câmara componha a mesa na expectativa que os vereadores que se retiraram voltem para audiência para discutir a LDO, mas reconhece que isso não leva a nada, pois haverá outro momento para aprovar a lei, apenas para ter uma audiência tranquila. A Sra. Vera Lúcia esclarece que é uma audiência do Poder Executivo, prévia ao envio do Projeto de Lei, que será discutido e aprovado pela Câmara em momento posterior. A Sra. Valéria Celestino, expressa o respeito pelas palavras do vereador e reforça o esclarecimento de que a audiência pública em questão é uma matéria de competência do Poder Executivo, que houve apenas a cessão do espaço, antes de qualquer coisa estamos assegurando a saúde das pessoas, solicita que o trabalho seja continuado com tranquilidade e que será aberto o momento para perguntas e esclarecimentos. O vereador, Sr. Manuel de Holanda, disse que apesar da Sra. Valéria falar em segurança, os componentes da mesa não respeitaram o distanciamento entre si e já não existe segurança na mesa, e diz que a audiência é realizada na Casa Legislativa, pois a participação do vereador é importante, e como oposição faz questão de participar, e diz que a mesa quer tripudiar ao falar de segurança, quando não dá exemplo. O vereador e presidente da Casa em exercício, Sr. Celso,



esclarece mais uma vez que cedeu o prédio, por isso ele apenas abriu a audiência e a condução está sendo feita pelo Poder Executivo, como sempre foi realizada nos anos anteriores. O vereador, Sr. Novo da Banca, pede desculpas por ter chegado atrasado e fala que foi surpreendido com a saída dos colegas vereadores, pois já foi presidente da Casa e a audiência está sendo conduzida da mesma forma dos anos anteriores, a Câmara abre e passa a presidência ao Poder Executivo, o que ele identificou foi uma atitude para gerar ibope pelos colegas, por se tratar de ano eleitoral, pois nunca tiveram essa atitude a dois anos passados quando ele era presidente da Câmara, não vê motivo para tal atitude, o momento é para discutir a proposta da LDO. O vereador, Sr. Manoel de Holanda, disse que os vereadores saíram por terem sido menosprezados. A Sra. Valéria, disse que respeita o vereador mas que ninguém menosprezou qualquer vereador, nem qualquer pessoa, e passou para a Sra. Vera Lúcia para que decida sobre a continuidade ou não da audiência. O vereador, Sr. Manuel de Holanda, com empáfia disse que ela teria que respeitar mesmo e tratar bem, e que a audiência não está sendo bem conduzida, e deveria ser presidida pelo presidente da Casa, não se trata favor, é obrigação, e tratar bem, principalmente na casa dele. O vereador, Sr. Marcos da Prestação, ratificou que essa discussão não vai levar a lugar nenhum, que quando falou a questão do presidente ele achou que a audiência estava iniciando naquele momento, não sabia que o presidente da Casa já havia realizado a abertura da audiência, e tudo está transcorrendo como nos anos anteriores, e estão presentes para discutir a LDO, o que é melhor para o município, e que o vereador, Sr. Manuel de Holanda sabe que a Casa é respeitada e valorizada e cada um tem seu valor, infelizmente os outros saíram, que quanto mais vereadores seria melhor, para enriquecer o debate, e é importante dar continuidade à audiência. O Presidente da Câmara, Sr. Celso Alexandre, solicitou a mesa que retome a apresentação da Audiência Pública. A Sra. Valéria Celestino, retoma a apresentação, apresentando a arrecadação de receitas por fonte de recurso, referentes ao primeiro quadrimestre de 2020, que foi de R\$ 104.141.739,00, continuou a explanação apresentando as despesas por grupo, no Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 63.344.936,64, no Grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida não houve despesa, no Grupo 3 – Outras Despesas Correntes foi de R\$ 17.832.310,86, no Grupo 4 – Investimentos foi de R\$ 2.431.442,54; no Grupo 6 – Amortização da Dívida foi de R\$ 601.033,60, no Grupo 9 – Reserva de Contingência, não houve despesa, o total das despesas do primeiro quadrimestre de 2020 foi de R\$ 84.209.723,64, e passou a palavra para Secretária de Planejamento. A Sra. Vera Lúcia, esclarece que em decorrência da pandemia do COVID-19, o município da Vitória de Santo Antão está em estado de calamidade, conforme Decreto Legislativo nº 086/2020, e que foram acrescentados alguns artigos no Projeto de Lei da LDO que impõe diversas restrições até 31 de dezembro de 2021, referente as despesas com pessoal, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 173/2020, considerando os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, dentre elas a proibição de conceder aumento salarial, criar cargos, realizar concursos, não se aplica a medidas de combate à calamidade pública. A Sra. Vera Lúcia continua apresentando as despesas de pessoal, com um quadro comparativo do exercício de 2019 ao exercício atual de 2020, e que fica evidenciado o ajuste que a gestão tem conseguido para se adequar ao limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seguida passou a palavra para o Secretário de Finanças para apresentar a previsão de receitas do exercício de 2021. O Secretário de Finanças, Sr. André Tenório, disse que estamos vivendo um ano atípico e que o município teve a sensibilidade de prorrogar a arrecadação do IPTU, mas que mesmo assim acredita que teremos um acréscimo da arrecadação das receitas próprias, e com a retomada da



economia acredita que ao menos manteremos a arrecadação. A Sra. Valéria Celestino, apresenta o quadro da previsão de receitas, e usou como base a arrecadação efetuada até junho de 2020 e aplicou os índices de inflação recomendados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando uma previsão de receita para 2021 de R\$ 372.000,00, o incremento do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) foi muito pequeno. A Sra. Vera Lúcia apresentou as prioridades para o exercício de 2021, que foram destacadas por eixo, não quer dizer que se restringe a determinada secretaria, nem mesmo que não sejam realizadas outras ações, estão enumeradas apenas as prioritárias. As prioridades para o exercício de 2021 é dividido por eixo de atuação; para o eixo da Saúde: Ampliar a rede de Saúde Mental com a implementação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS – ADIII); Ampliar e implementar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde; Implantar o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) em toda rede municipal de saúde; Implantar o Centro Municipal de Controle de Zoonoses; Implantar os serviços de saúde do Centro de Fisioterapia e Reabilitação; Implementar os serviços de saúde da unidade de Pronto Atendimento de Especialidades (UPA-E); Implementar ações de prevenção à saúde para mitigar os problemas decorrentes da pandemia do COVID-19. Para o eixo da Educação: dar continuidade ao programa de requalificação das unidades da rede de educação municipal; reestruturar a frota de ônibus escolar municipal; implantar creche; implantar a primeira escola municipal de educação em tempo integral para atender alunos do 1º ao 9º ano; adequar o mobiliário para sede administrativa da Secretaria de Educação e das unidades da rede de ensino; adequar as copas das unidades escolares, para aprimorar a produção da merenda escolar; distribuir kit escolar para alunos da rede municipal de ensino; manter a distribuição de fardamento e mochilas para alunos da rede municipal de ensino; realizar avaliações pedagógicas sistemáticas dos alunos, visando elevar o desenvolvimento educacional; adquirir livros didáticos e ampliar o acervo bibliográfico. Para o eixo da Segurança: fortalecer a segurança do município, promovendo a integração do município ao sistema de Segurança Pública Estadual, articulando as diversas ações de prevenção da violência; realizar patrulhas na zona urbana e zona rural; construir a sede da Agência Municipal de Trânsito – AGTRAN. Para o eixo da Infraestrutura: eficientizar e expandir a iluminação pública; executar obras e manutenção da infraestrutura urbana, visando à implantação e recuperação de pavimentação; promover intervenções de melhoria viária do acesso à entrada da cidade; promover a requalificação do Pátio Ferroviário. Para o eixo da Assistência Social: elaborar Plano de Execução das Ações Pós Pandemia para garantir atendimento e acompanhamento das Famílias e Indivíduos, visando minimizar as sequelas advindas da pandemia; reestabelecer os serviços pós pandemia; realizar ações comunitárias itinerantes objetivando a divulgação e proporcionando o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais pós pandemia; ofertar o serviço de proteção social básica em domicílio para pessoas com deficiências e idosas; priorizar ações do BPC/escola na busca da superação/eliminação das barreiras que impedem o acesso e permanência deste público nos serviços da saúde, educação e assistência social; intensificar as ações estratégicas do AEPETI; intensificar as ações de acompanhamento a população de rua; implantar a gestão do trabalho com a elaboração do plano de educação permanente para os trabalhadores do SUAS. Para o eixo da Agricultura e Meio Ambiente: manter programa de aração de terras para pequenos agricultores; intensificar a distribuição de sementes para pequenos agricultores; viabilizar perfurações de poços para melhorar a qualidade de vida do munícipe da zona rural; promover a manutenção das vias vicinais do município. Para o eixo da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: implementar o centro comunitário




multidisciplinar de atividades, culturais, educacionais, esportivas, de saúde, bem-estar social e meio ambiente no Iraque II; valorizar, incentivar e apoiar a cultura local, promover a revitalização cultural dos espaços já existentes; incentivar atividades de apoio aos esportes nas escolas da rede municipal de ensino; manter os equipamentos de esporte e lazer nos espaços públicos; promover iniciativas de planejamento e pesquisa voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo; recuperar o estádio da Cidade. Para o eixo da Gestão Pública: aprimorar o modelo de gestão pública, visando otimizar os processos administrativos; realizar a melhoria da gestão fiscal, buscando a justiça fiscal; assegurar recursos e otimizar despesas; realizar ações que promovam a recuperação das receitas pós pandemia; garantir a transparência pública municipal; reestruturar a rede lógica da prefeitura. Para o eixo do Desenvolvimento Econômico: desenvolver ações que impulsionem a recuperação das atividades econômicas do município pós pandemia; estimular o empreendedorismo e incentivar a capacitação técnica e empresarial do município; requalificar feiras.

Por fim, a Secretária e presidente da mesa, Sra. Vera, agradece a participação de todos os presentes e se disponibiliza para tirar toda e qualquer dúvida sobre algum projeto, nas instalações da Prefeitura Municipal.

E por não haverem mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a Audiência Pública, laureando-se a presente ata, que vai assinada por mim e os demais presentes que assim o quiserem.


VERA LÚCIA ALBUQUERQUE SARMENTO
Secretária de Planejamento e Orçamento


ANDREOLLA ROMANA C. ANDRADE
Matrícula nº 180105-2

Lista de presença dos participantes da Audiência Pública promovida pelo Poder Executivo para discussão do Projeto de Lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 - LDO-2021, realizada no dia 24 de julho de 2020, na Câmara de Vereadores

01	Andréia Romana A. Andrade - SEPLAG	
02	Paralelamente	- Seplag
03	Valdir Defina	- CONTADOR DO MUNICÍPIO
04	Marcelo Kelly de Jesus	- Vereador
05	Paulo Roberto	- SEFIM
06	João Santos	Ascom
07	Kleber Roberto	Ascom
08	Carlos Freitas	ASCOM
09	Caio Zoratti	
10	Antonio de Paula	- Vereador
11	Antonio Galvão	- Vereador
12	Leopoldo de Jesus	
13	Carla	Vereador
14	Edmundo José dos Santos	Vereador
15	Thiago de Freitas (Jari Thom de Rêche)	
16	Paulo Roberto de Jesus	- Vereador
17	João Alves Filho	
18	Paulo Roberto de Jesus	Delega Social
19	Carla de Almeida Cavalcanti Bastos	VEREADOR
20		
21		
22		
23		
24		
25		